



HP des

## CONTRATO DE EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE INCUBADORA DE EMPRESAS

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, no Município de Lajes das Flores, em conformidade com a deliberação da câmara municipal do passado dia dezanove de outubro de dois mil e dezassete, que adjudicou à empresa Construções Benevides, Lda a realização da **Empreitada de Construção da Incubadora de Empresa**, em conformidade com as deliberações da Câmara Municipal datadas de dezanove de outubro de dois mil e dezassete, de seis de setembro de dois mil e dezoito e de dezoito de outubro de dois mil e dezoito que, por unanimidade, procederam, respetivamente, à adjudicação e à aprovação da minuta do presente contrato, e tendo ainda presentes o caderno de encargos patenteado no procedimento, a proposta do adjudicatário e os demais documentos processualmente exigíveis, elementos que fazem todos parte integrante do presente contrato, dando-se por reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos, celebram o presente contrato de empreitada, no montante de quinhentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos (518.888,80€), acrescido do IVA à taxa legal de 4% no valor de vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos (20.755,55€), o que perfaz a totalidade de quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e (539.644,35€).

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Lajes das Flores, pessoa coletiva com o número de contribuinte 512074836, com sede na Avenida do Emigrante n.º 4, 9960-431, Lajes das Flores, representado no presente ato pelo Presidente da Câmara Municipal, de acordo com os poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 8/6, conjugada com o estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e com as alíneas a) e f) do n.º 1 e f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º e artigo 96.º, ambos do Código do Contratos Públicos (CCP) e ainda com a alínea b) do artigo 19.º do mesmo CCP, adiante designada por ENTIDADE ADJUDICANTE ou PRIMEIRO OUTORGANTE; e como

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Construções Benevides, Lda, pessoa coletiva com o NIPC 510249612, com sede na Rua da Cruz n.º 30, 9970-319 Santa Cruz das Flores, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz das Flores, com o capital social de



€62.000,00, representada no presente ato pelo Senhor  
portador do cartão de cidadão n.º \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_\_, contribuinte  
fiscal \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, com  
poderes para o ato conforme certidão junta ao processo, adiante designado por  
EMPREITEIRO ou SEGUNDO OUTORGANTE.

### CLÁUSULA 1.ª

#### OBJECTO

1. O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada de **construção de incubadora de empresas** nas condições do Caderno de Encargos do procedimento de adjudicação respetivo e da proposta adjudicada.
2. A EMPREITADA a executar pelo adjudicatário consta da realização de trabalhos de diversa natureza no âmbito das obras e natureza de trabalhos melhor identificados no projeto de execução respetivo e nos demais elementos técnicos do Caderno de Encargos, dando-se por reproduzidos.

### CLÁUSULA 2.ª

#### PREÇO CONTRATUAL

O preço contratual a pagar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE ao SEGUNDO OUTORGANTE pela realização da empreitada objeto do presente contrato é de quinhentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos (518.888,80€), acrescido do IVA à taxa legal de 4% no valor de vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos (20.755,55€), o que perfaz a totalidade de quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e (539.644,35€), preço que será pago de harmonia com os autos de medição elaborados pela fiscalização da obra e de acordo com o estabelecido nos artigos 387º e seguintes, 392º e 393º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

### CLÁUSULA 3.ª

#### PAGAMENTOS

O encargo e os pagamentos resultantes deste contrato serão satisfeitos pelo PRIMEIRO OUTORGANTE após a apresentação, pelo EMPREITEIRO, e apreciação e aprovação pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, das faturas e respetivos autos de medição, sendo o pagamento



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Handwritten initials and number 43

dos trabalhos, respetivas revisões e acertos efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data dos respetivos autos, tudo em conformidade com as disposições legais referidas na cláusula anterior e ainda com o estipulado no Caderno de Encargos, que faz parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA 4.ª**

**PRAZO DE EXECUÇÃO E RESOLUÇÃO CONVENCIONAL**

1- A eficácia do presente contrato fica condicionada ao visto prévio do tribunal de contas, momento a partir do qual, e ocorridas as notificações legais, tem aplicação o disposto nos números seguintes.

2- O prazo de execução da empreitada é de 18 meses e começa a contar-se da data da sua consignação, nos termos da aplicação conjugada do nº 1 do artigo 362º e do n.º 1 do artigo 363º do CCP, consignação esta que será formalizada em auto, conforme artigo 359º do mesmo CCP, auto este que deverá lavrar-se no prazo de 30 dias após na assinatura do presente contrato.

3- Caso a data de aprovação, nos termos previstos na lei, do Plano de Segurança e Saúde (PSS) mencionado no nº 1 do artigo 362º do CCP seja posterior ao prazo da consignação referido no número anterior, o prazo de execução da obra começa a contar da data em que o PRIMEIRO OUTORGANTE comunique ao Empreiteiro a sua aprovação.

**CLÁUSULA 5.ª**

**CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO**

Tem aplicação o disposto na cláusula 40ª do Caderno de Encargos, dando-se por reproduzida.

**CLÁUSULA 6.ª**

**CAUÇÃO e DESCONTOS NOS PAGAMENTOS**

1. O SEGUNDO OUTORGANTE garante a regular execução da Empreitada mediante a garantia bancária igual a 2% (dois) por cento do valor da adjudicação.

2. O PRIMEIRO OUTORGANTE poderá deduzir nos pagamentos parciais/mensais a fazer ao EMPREITEIRO:

a) As importâncias necessárias ao reembolso de eventuais adiantamentos, caso estes tenham sido legalmente admitidos, à liquidação das sanções contratuais que lhe



*Handwritten signature in blue ink.*

tenham sido aplicadas, bem como todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

- b) Pelo presente contrato, no caso de atrasos de execução dos prazos, parciais e/ou total, de execução da empreitada e em que venham a ser solicitadas pelo SEGUNDO OUTORGANTE e concedidas pelo PRIMEIRO OUTORGANTE prorrogações graciosas desses mesmos prazos, o PRIMEIRO OUTORGANTE poderá também deduzir logo nos pagamentos a efetuar ao SEGUNDO OUTORGANTE os custos, comprovados, acrescidos com a fiscalização da empreitada, ao que, pelo presente contrato, o SEGUNDO OUTORGANTE desde já declara nada ter a opor, para todos os devidos e legais efeitos.

#### **CLÁUSULA 7.ª**

##### **PENALIDADES**

1- Sem prejuízo das demais prerrogativas sancionatórias previstas na lei, no caso de incumprimento dos prazos fixados para a execução da empreitada por facto imputável ao SEGUNDO OUTORGANTE, poderá ser-lhe aplicada uma sanção, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual, calculada de acordo com o definido no Caderno de Encargos, com o limite definido no CCP.

2- Tem aplicação tudo o mais previsto nos nºs 2 a 5 da cláusula 11ª do Caderno de Encargos, dando-se por reproduzidos.

#### **CLÁUSULA 8.ª**

##### **SIGILO**

O SEGUNDO OUTORGANTE garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade do PRIMEIRO OUTORGANTE nos termos definidos no Caderno de Encargos.

#### **CLÁUSULA 9.ª**

##### **REVISÃO DE PREÇOS**

Tem aplicação o disposto na cláusula 31ª do Caderno de Encargos, dando-se por reproduzida.



*[Handwritten signatures]*

### **CLÁUSULA 10.ª**

#### **RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

1. - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. - Em tudo o não definido no contrato ou no Caderno de Encargos, especialmente na sua cláusula 41ª, dando-se por reproduzida, seguir-se-á o estipulado no CCP, nomeadamente o estabelecido nos seus artigos 405º e 406º.

### **CLÁUSULA 11.ª**

#### **LEI APLICÁVEL**

Nos casos omissos do presente contrato ou dos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

### **CLÁUSULA 12.ª**

#### **FORO COMPETENTE**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

### **CLÁUSULA 13.ª**

#### **PREVALÊNCIA**

- 1 - Fazem parte integrante do presente contrato:
  - a) O Caderno de Encargos;
  - b) A proposta apresentada pelo SEGUNDO OUTORGANTE;
- 2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número um e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo SEGUNDO OUTORGANTE nos termos do disposto no artigo 101.º, ambos do CCP.





JP AS

**CLÁUSULA 14.ª**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. - Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
2. - O encargo resultante do presente contrato é de quinhentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos (518.888,80€), acrescido do IVA à taxa legal de 4% no valor de vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos (20.755,55€), o que perfaz a totalidade de quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e (539.644,35€).
3. - O presente contrato será suportado por conta de verbas inscritas no orçamento do Município, na rubrica orçamental com a classificação orgânica e económica 0102070301 e ao projeto 2015/6 das Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, com o número sequencial de compromisso 13455.
4. Sem prejuízo de o CCP, com a sua atual redação, conferida pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e nos termos das Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro, e ainda considerando-se a alteração introduzida pelo disposto no art. 159º do DL nº 33/2018, de 15 de maio (diploma de execução do OE/2018), por via do disposto no artigo 12º/1 daquele mesmo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, só ser aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados após a sua data de entrada em vigor, bem como aos contratos que resultem desses procedimentos, é, no presente contrato, livremente adoptado pela entidade adjudicante, de acordo com o estipulado no artigo 290º-A do CCP, com aquela sua atual redação, um gestor do presente contrato, que desde já se indica ser o técnico superior da Câmara Municipal, Eng.º Nelson Furtado sem prejuízo, em redundância, das obrigações decorrentes para o diretor da fiscalização da empreitada, ex vi do art. 344º/nº 2 do CCP.
5. - Este contrato foi elaborado em triplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

Depois de o SEGUNDO OUTORGANTE ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a segurança social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes.



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Anexam-se ao presente instrumento jurídico, ainda os seguintes documentos, os quais passam a fazer parte integrante deste contrato:

- a) Programa de Procedimento;
- b) Caderno de Encargos, que inclui o projeto de execução;
- c) Proposta;
- d) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;
- e) Documentos de habilitação exigidos no programa de procedimento;
- f) Alvará(s) de construção (consultada do portal do InCI);
- g) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- h) Certidão de matrícula e de todas as inscrições em vigor;
- i) Deliberação de abertura do procedimento;
- j) Deliberação de adjudicação e da aprovação da minuta do contrato;

PELO PRIMEIRO OUTORGANTE,

PELO SEGUNDO OUTORGANTE,

